

O ensino agrícola no Rio Grande do Norte (1908-1930)

Agricultural education in Rio Grande do Norte (1908-1930)

Marcelly Kathleen Pereira Lucas

Universidade de Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: marcellykathleen@gmail.com

Olívia Morais de Medeiros Neta

Universidade de Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: olivianeta@gmail.com

Recebido: 28/06/2017 – Aceito: 30/07/2017

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender as ações do Estado do Rio Grande do Norte referentes ao ensino agrícola nos anos de 1908 a 1930. Para isso, iniciamos o processo de mapeamento e análise documental das mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte, as quais constituem-se como fontes à esta investigação. O recorte temporal justifica-se pela reforma da instrução primária que reorganizou o ensino no Estado, em 1908, e o momento de mudanças políticas a partir da década de 1930, bem como pela lacuna presente na documentação referente aos anos posteriores à década de 1930 acerca do ensino agrícola. Nessa perspectiva, buscamos responder às seguintes questões: Quais as características do ensino profissional na Primeira República no Rio Grande do Norte? Quais as ações do Estado para o desenvolvimento do ensino agrícola? O que era necessário para criar uma escola agrícola? O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional conforme Manfredi (2003) e na dimensão da história política de acordo com René Remond (2003). Os resultados encontrados nos permitem perceber o processo de criação das escolas agrícolas e campos de demonstração, bem como os processos de análise e determinação da necessidade de criação desses estabelecimentos no Estado, a preparação e a aparelhagem exigidas ao funcionamento como aquisição de materiais, fazendas e recursos humanos especializados para a execução e funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Palavras-chave: História da Educação; Ensino profissional; Ensino agrícola.

Abstract

This work aims to understand the actions of the State of Rio Grande do Norte regarding agricultural education in the years 1908 to 1930. For this, we began the process of mapping

and documentary analysis of the messages of the governors of Rio Grande do Norte, which constitute As sources for this investigation. The time cut is justified by the reform of primary education that reorganized education in the state in 1908, and the moment of political change since the 1930s, as well as the lack of documentation in the years after the 1930s about Of agricultural education. From this perspective, we seek to answer the following questions: What are the characteristics of professional education in the First Republic in Rio Grande do Norte? What are the actions of the State for the development of agricultural education? What was needed to create an agricultural school? The theoretical framework is based on the conception of professional education according to Manfredi (2003) and the dimension of political history according to René Remond (2003). The results show us the process of creating agricultural schools and demonstration fields, as well as the processes of analysis and determination of the need to create these establishments in the State, the preparation and apparatus required for the operation as acquisition of materials, farms and Specialized human resources for the implementation and operation of educational establishments.

Keywords: History of Education. Professional education. Agricultural education.

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo compreender as ações do Estado do Rio Grande do Norte referentes ao ensino agrícola nos anos de 1908 a 1930. Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa vinculado Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, financiado pela Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A pesquisa teve início com o levantamento e categorização das fontes sobre o ensino profissional no Rio Grande do Norte. Após a categorização delimitamos o ensino agrícola como tema central para esse estudo, dada a escassez de estudos sobre essa temática. Nessa perspectiva, buscamos responder às seguintes questões: Quais as características do ensino profissional na Primeira República no Rio Grande do Norte? Quais as ações do Estado para o desenvolvimento do ensino agrícola? O que era necessário para criar uma escola agrícola?

O recorte temporal justifica-se pela reforma da instrução primária que reorganizou o ensino no Estado, em 1908, cuja primeira medida foi a criação do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e da Escola Normal. Além dessas medidas, a reforma incluiu o ensino profissional como parte da instrução pública e, assim, de responsabilidade do Estado. O marco temporal final, 1930, justifica-se por ser momento de mudanças políticas marcadas pela primeira fase do governo de Getúlio Vargas e a substituição dos governadores por

interventores, bem como pela lacuna presente na documentação referente aos anos posteriores à década de 1930 acerca do ensino agrícola.

Nestes termos, pretende-se contribuir com as pesquisas sobre o ensino agrícola e a história do ensino profissional do Rio Grande do Norte. Para isso, iniciamos o processo de mapeamento e análise documental das mensagens¹ dos governadores do Rio Grande do Norte, disponíveis virtualmente pelo Center of Research Library da Universidade de Chicago², no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e no Arquivo Público do Estado.

O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional conforme Manfredi (2003) e na dimensão da história política de acordo com René Remond (2003).

Compreendemos o ensino profissional como campo inserido na disputa de interesses e também fruto da relação entre escola e trabalho. Atentamos para o modo como as diferentes esferas da sociedade, entre elas: econômica, social, política e cultural, determinam as relações que são estabelecidas entre trabalho, escolaridade e profissionalização (MANFREDI, 2003).

Assim como a influência das ideologias e das decisões políticas como determinantes no campo da educação. A história política é importante para a compreensão do todo social. “A política é lugar de gestão do social e econômico”. A política é tratada a partir da sua função de determinação do contexto e dos reflexos de sua prática (REMOND, 2003).

O desenvolvimento do trabalho contempla a descrição da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, assim como a descrição dos resultados e sua análise relacionando-as com as discussões ancoradas no referencial teórico. Na última seção, constam as considerações finais sobre o trabalho.

2. Metodologia

O processo metodológico para a construção deste artigo iniciou com um levantamento realizado nas mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte nos anos 1908 a 1957 sobre as ações do governo no que se refere ao ensino profissional. Ao todo, foram investigadas e catalogadas 33 mensagens, apesar de as mensagens serem publicadas anualmente, o número é menor, pois no período a partir da década de 1930 algumas mensagens não estão disponibilizadas nos acervos dos arquivos onde a pesquisa foi desenvolvida.

1 Na seção referente a Instrução Pública.

2 Endereço Eletrônico: www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte. As mensagens estão disponíveis na coleção digital de Documentos do governo brasileiro.

Organizamos o levantamento através dos seguintes critérios: ano de publicação, referências dos documentos, ação apresentada e transcrição do trecho do documento. As ações apresentadas tratam da criação de escolas e cursos, reformas, financiamentos, subvenções, aquisição de materiais e controle sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino profissional no Estado. A partir desse levantamento, iniciamos o processo de análise e categorização das fontes de acordo com suas relações e aproximações. Algumas das categorias estavam determinadas pela recorrência dos termos e o teor das mensagens, as outras foram sendo criadas à medida que os trechos analisados não se encaixavam nas outras categorias. As principais categorias foram: “Ensino Normal (Formação de Professores)”, “Ensino Comercial”, “Educação Feminina”, “Ensino Superior” e “Ensino Agrícola”, entre outras, somando um total de 13 categorias. Feito isso, nos dedicamos à análise dos resultados referentes ao ensino agrícola para a construção desse trabalho. Os resultados estão divididos na análise e determinação da necessidade de criação desses estabelecimentos no Estado, na preparação e aparelhagem necessárias ao funcionamento, como aquisição de materiais, fazendas e recursos humanos especializados e a execução e funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

A caracterização das fontes é importante, pois através da sua análise é que podemos, segundo Ragazzini (2001, p. 14), construir conhecimentos sobre o passado. “A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada.”

O pesquisador constrói a fonte a partir de um processo investigativo e interpretativo analisando os níveis de relação que envolve a produção, seleção e conservação do documento. Nesse entendimento, no campo da história da educação, as mensagens dos governadores estão inclusas nas “fontes para a história da escola e da educação” (RAGAZZINI, 2001, p. 19). Ou seja, elas não são produzidas pela escola e nem com a intencionalidade de contar a história da educação e não estão diretamente ligadas à cultura e às práticas escolares. Mas nos falam muito das concepções de ensino e educação da época e das iniciativas que nortearam os rumos da educação.

Em outros termos, a história da escola se escreve, também, a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, enfim, de um conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação. (RAGAZZINI, 2001, p. 19).

Ao todo, foram encontrados dezoito resultados que mencionavam o ensino agrícola. As menções vão do ano de 1908 a 1952, embora a maior concentração de resultados esteja

nas primeiras décadas do século XX, com apenas dois resultados referentes aos anos seguintes, um no ano de 1939 e outro em 1952. Por isso, justificamos o recorte temporal deste trabalho até o ano de 1930, de forma que seria difícil analisar as ações do Estado após 1930 com base em apenas dois trechos. Sendo assim, nos concentramos no período que vai de 1908 a 1930. Nesse período observamos que os resultados incluem a constatação da necessidade da criação de escolas e campos de demonstração, pretensão, como casos onde os governantes deixam clara a sua intenção de dar início às ações que nem sempre eram concretizadas, pedidos de autorização, aparelhagem e aquisição de recursos financeiros, materiais e humanos e também contribuições do ensino agrícola para outras estâncias do Estado.

3. As ações do Estado do Rio Grande do Norte para o ensino agrícola

Podemos perceber os primeiros passos do processo de desenvolvimento do ensino agrícola no Rio Grande do Norte nas mensagens que se referem à pretensão, propostas, solicitações e criação das escolas por meio de decretos, o que não significava que estivessem já em funcionamento. No ano de 1908, o Governador Alberto Maranhão aponta a necessidade de uma escola agrícola para completar o elenco de instrução primária do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1908, p. 6), o que viria a se concretizar no ano de 1910 com a criação da Escola de Agricultura e Criação no vale do Ceará-Mirim (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 8).

O Campo de demonstração³ de Macaíba e a Escola de Aprendizes Artífices eram instituições federais de ensino profissional, mas que contavam com recursos do Estado, assim como também teriam sido adquiridos pelo governo os edifícios e terras onde estavam instalados.

A primeira menção ao Campo de Demonstração foi feita em 1912 (RIO GRANDE DO NORTE, 1912, p. 8), mas não foram encontrados dados sobre a sua criação ou inauguração. Em 1913, o governador Alberto Maranhão encaminha à Assembleia Legislativa um pedido de autorização de liberação de verba por parte do governo do Estado para a criação de uma escola de agricultura adaptada ao campo de demonstração (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 14). Para que fossem criados os campos de demonstração, o governo precisava adquirir fazendas onde pudessem ser desenvolvidas as atividades e posteriormente a escola

3 “Eram estabelecimentos de ensino voltados para um público adulto e trabalhador, nos quais não havia comprometimento com a alfabetização, com os estudos teóricos ou mesmo com a elevação da escolaridade dos aprendizes. De forma geral, pretendeu-se formar aprendizes agrícolas aptos a realizar a modernização agrícola, superando os chamados rotineiros ou tradicionais de agricultura.” (VERSIEUX, 2012, p. 35).

agrícola que fundamentaria as práticas desenvolvidas nos mesmos. No campo das aquisições está a da fazenda Jundiahy, onde funcionava o campo de demonstração de Macaíba e da fazenda Jassanã para a construção de outro campo. O segundo não chegou a ser construído, em seu lugar foi instalada uma usina de açúcar (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 16-17).

A contribuição dos campos de demonstração estava para além do desenvolvimento da instrução pública no RN, pois a segunda década do século XX foi marcada por grandes secas que causavam prejuízos em todo o Estado, principalmente por ser a agricultura e a pecuária as principais atividades econômicas locais. Desse modo, eram necessárias práticas de agricultura inovadoras que fossem capazes de reverter ou ao menos amenizar os efeitos da seca.

A Inspectoria Agrícola e o Campo de Demonstração são dois Institutos correlatos ao humanitário propósito de modificar os efeitos das seccas, desde que, concorrendo para o desenvolvimento da agricultura, determinam pela aplicação de processos inteligentes, o amanho das terras e aumento da produção, preservando assim os agricultores das surpresas dos tempos climaterios. (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 26).

Manfredi (2003) chama atenção para a percepção da educação profissional como realidade condicionada pelas necessidades de trabalho e qualificação. “Com isso, não se quer dizer que não haja uma correlação entre as necessidades e as transformações em curso no mundo do trabalho, com a emergência de novos requisitos educacionais e a importância da escola” (MANFREDI, 2003, p. 50).

A Escola Agrícola de Jundiaí foi criada, por meio de um decreto, no dia 8 de janeiro de 1920, no entanto, até o momento de apresentação da mensagem, novembro do mesmo ano, ainda não havia sido inaugurada. O Governador Antonio José de Mello e Souza justificou o atraso na inauguração pelo déficit de gabinetes e diversos outros materiais e também pela dificuldade enfrentada para encontrar um profissional habilitado que pudesse vir a dirigir a escola (RIO GRANDE DO NORTE, 1920). A situação perdura no ano de 1921, onde o Governador afirma que a receita dirigida à escola permanece intacta devido a escola ainda não ter condições de funcionar normalmente pela falta de um diretor que suprisse as necessidades e objetivos do ensino proposto pela criação da escola (RIO GRANDE DO NORTE, 1921, p. 26).

Na mensagem referente ao ano de 1923 a Escola Agrícola de Jundiaí, que já havia sido criada a bastante tempo, ainda encontrava-se no campo do déficit das realizações do Estado. A justificativa apresentada para a dificuldade de encontrar um diretor para a inauguração e funcionamento da escola são a de alguns pretendentes não alcançarem aspectos essenciais para a função ou fazerem exigências que não estavam dentro das possibilidades do Estado.

Diante dessa problemática, percebemos que nem só pelos recursos financeiros e materiais era acometida a educação no Rio Grande do Norte, mas também pela escassez de recursos humanos capacitados para o exercício da função de diretor. Dentre o recorte temporal pesquisado não foram encontrados outros registros que tratem da Escola Agrícola de Jundiá, onde seja possível afirmar quando esse déficit foi superado e como se deu o funcionamento da mesma.

Reconhecendo a importância do trabalhador agrícola para o desenvolvimento do Estado, ainda muito dependente da agricultura, e, portanto, da necessidade de formação para o desenvolvimento da sua prática, o Governador Juvenal Lamartine, em 1928, solicitou a fundação de campos agrícolas anexos aos estabelecimentos de ensino. A solicitação tinha o intuito de que no interior do Estado houvesse a possibilidade de formação dos alunos dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas nas práticas de agricultura e criação. O intuito de criação dos campos estava vinculado também à necessidade do desenvolvimento de práticas inovadoras que mantivessem o Estado na disputa econômica relativa a produção agrícola.

Preparação no sentido de, pela escola e pelo trabalho agrícola practico, favorecer a introdução de novos processos agrícolas sem cuja practica estaremos condemnados a ser vencidos, na lucta cada vez mais accêsa, entre as grandes nações agrícolas da época. (RIO GRANDE DO NORTE, 1928).

Embora a fundação dos campos agrícolas anexos tivesse o intuito de desenvolver as práticas de agricultura e criação no interior do Estado, o primeiro campo foi fundado na Capital. A iniciativa partiu da Associação de Professores⁴. O campo necessitava de organização técnica e sistemática, para isso foram nomeados técnicos agrícolas e professores primários que seriam responsáveis pela regulamentação desse estabelecimento para os fins a que se propunha. O interesse no desenvolvimento do ensino agrícola com o intuito de desenvolver as práticas no interior do RN, fica explícito também na persistência na solicitação da construção dos campos em 1929 (RIO GRANDE DO NORTE, 1929, p. 55). No entanto, não foram encontrados registros que discorressem sobre a instalação de outros, campos além do que havia em Natal, e sobre os resultados para o desenvolvimento da agricultura no Estado.

Para Remond (2003, p. 444) “Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político”, e isso não seria diferente com a educação. Diante disso, é preciso que analisemos os interesses, as motivações e as

4 A APRN foi criada em 1920 e tinha o intuito de garantir os interesses de seus associados e também promover ações para o desenvolvimento da instrução pública. (SANTOS, 2008).

disputas que envolvem o desenvolvimento da atividade política sobre a educação. Percebemos, nesse estudo, a necessidade de autorizações ou liberação de recursos que advinham de superiores que revelam como as relações políticas se estabeleciam. “A lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem” (REMOND, 2003, p. 447).

Aliás, a análise dos processos de decisão mostra que os que decidem em política conservam uma certa liberdade de manobra: em sociedades tão complexas e diferenciadas como as nossas, os interesses são tão diversos e mesmo contraditórios que seu entrecruzamento e suas divergências conferem aos políticos um poder de arbitragem. (REMOND, 2003, p. 447).

O desenvolvimento do ensino agrícola, que estava geralmente voltado para o interior do Estado, dependia do interesse dos Governadores no desenvolvimento dessa região. Assim como, quando eram superados os déficits e havia o aumento nas realizações, servia como propaganda para a figura política que estava à frente desse processo. Do mesmo modo, a disputa econômica com outros Estados também desencadeou medidas que refletiam no desenvolvimento do ensino agrícola.

4. Considerações finais

O ensino agrícola no Rio Grande do Norte nos anos de 1908 a 1930 era representado, principalmente, pelos campos de demonstração. Esses tinham o intuito de favorecer não só a formação profissional mas também o desenvolvimento da agricultura e por consequência um avanço na economia do Estado. Os governadores enxergavam nos campos de demonstração uma possibilidade de amenizar os efeitos da seca que tanto castigava o sertão no período estudado.

A Escola Agrícola de Jundiá representava um grande avanço para o ensino agrícola de maior qualidade do que o ensino mais prático oferecido nos campos de demonstração. No entanto, mesmo depois de criada por meio de decreto, construída e equipada dos materiais técnicos necessárias, passou muitos anos sem funcionar pela falta de um diretor capacitado que tomasse a frente da mesma.

Nessa perspectiva, buscamos com nosso trabalho refletir sobre esse campo tão escasso no tocante às pesquisas que é o ensino agrícola, especialmente no Rio Grande do Norte. A Escola Agrícola merece destaque nesse campo e pretendemos estudá-la de forma mais aprofundada, através do cruzamento de outras fontes, em estudos futuros.

Referências

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez: 2003

RAGAZZINI, Dario. *Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?* Educar em Revista, n.18, pp.13-28, jul./dez. 2001. Tradução de Carlos Eduardo Vieira.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1908, pelo Governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. d'"A Republica", 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1910, pelo Governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. d'"A Republica", 1910.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1912, pelo Governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. d'A Republica, 1912.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1913, pelo Governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. d'A Republica, 1913.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1914, pelo Governador Joaquim Ferreira Chaves. Natal: Typ. d'A Republica, 1914.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1920, pelo Governador Antonio José de Mello e Souza. Natal: Typ. Commercial - J. Pinto & C., 1920.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1921, pelo Governador Antonio José de Mello e Souza. Natal: Typ. Commercial - J. Pinto & C., 1921.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de novembro de 1923, pelo Governador Antonio José de Mello e Souza. Natal: Typ. d' A REPUBLICA., 1923.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de outubro de 1928, pelo Presidente Juvenal Lamartine de Faria. Natal: Typ. Imprensa Oficial, 1928.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*, em 1º de outubro de 1929, pelo Presidente Juvenal Lamartine de Faria. Natal: Typ. Imprensa Oficial, 1929.

SANTOS, José Maximiano dos. *A transformação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN) em Sindicato dos Trabalhadores em Educação (1986-1990)*. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

VERSIEUX, Daniela Pereira. *Educação Profissional Agrícola em Minas Gerais no Início do Século XX e o Ensino de Adultos pelo Método Intuitivo*. Boletim Técnico do SENAC: A Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, v. 38, nº 1, jan./abr. 2012.